

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

Arnon A. M. de Andrade*

O Rio Grande do Norte não difere muito dos outros estados do Nordeste, se o compararmos pelos indicadores sociais. Tem a mesma má distribuição da riqueza, uma baixa participação política da população, um número excessivamente alto de adultos analfabetos, um número ainda grande de crianças fora da escola, um elevado e resistente índice de evasão e repetência, uma indesejável marca de desnutrição e mortalidade infantil, uma aberrante exploração do trabalho de crianças e um surpreendente desemprego de adultos.

Em educação, entretanto, poucos estados têm a capacidade de mudar rapidamente o seu perfil como o Rio Grande do Norte. Nas últimas décadas, o Rio Grande do Norte foi o palco de um grande número de projetos educacionais inovadores que, se não modificaram o panorama geral do ensino público, pelo menos formaram quadros capazes de sustentar iniciativas inovadoras, de impacto político, sofisticação tecnológica e comprovada eficiência pedagógica.

Infelizmente as experiências foram de alcance e duração limitados, não criando contraste, visível a distância, nos centros de poder e decisão do país. Um outro aspecto importante, na avaliação dos projetos, é que as iniciativas partiram dos diversos níveis de administração, de instituições públicas e privadas, na maior parte das vezes em parceria.

*Doutor em Ciências da Educação pela Université de Caen, França. Pró-Reitor de Extensão Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Em Aberto, Brasília, ano 16, n.70, abr./jun. 1996

No fim da década de 50, foi iniciado, pela Igreja Católica no Rio Grande do Norte, o Movimento de Educação de Base (MEB). O programa, destinado a jovens e adultos de pequenas comunidades do interior do Estado, pretendia ensiná-los a ler, escrever, contar, compreender a sociedade e ter um conhecimento sobre o mundo que aumentasse sua capacidade de sobrevivência em uma região de natureza tão hostil, com uma organização social tão injusta. Visava o MEB à educação política que chamamos hoje de Educação para a Cidadania.

O centro da ação pedagógica do MEB eram as Escolas Radiofônicas que, a partir de Natal, Mossoró e Caicó, criaram uma onda que em pouco tempo cobria todo o Norte e o Nordeste do Brasil, e que recebeu o apoio do governo federal. Com o golpe militar, sua atividade ficou sob suspeita, e o autoritarismo terminou por tornar o programa apenas uma sombra do que fora nos seus primeiros anos. Hoje, no interior do Rio Grande do Norte, ainda podemos encontrar associações comunitárias, clubes de mães, clubes de jovens, clubes agrícolas e associações profissionais cujas sementes foram plantadas pelo MEB.

Do MEB, de sua organização e de seu sucesso, podemos extrair uma bela lição. Havia, na época, um sentimento de que a educação era um importante caminho de ascensão social e de que a alfabetização incluiria grande parte da população em condições de votar e, portanto, de intervir no desenvolvimento político do país. A forte motivação encontrou *um pragmatismo capaz de melhorar as condições de vida da população* e de promover um clima de confiança mobilizador.

Antes que acabassem os anos 60, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) - na época, Comissão Nacional de Atividades Espaciais (CNAE) - resolveu apresentar ao governo uma proposta de *uso de satélite em educação*. Não vou dissertar aqui sobre os motivos que levaram o Inpe

a arcar sozinho com um projeto que tinha tudo para ter o apoio e a participação do Ministério da Educação. O projeto foi tocado e, com certeza absoluta, foi o maior projeto de uso de meios modernos em educação no Brasil.

O Inpe montou um projeto sofisticado. Treinou uma equipe com profissionais de comunicação social e educação; instalou equipamentos para a produção de programas de rádio, televisão e material impresso; desenvolveu equipamentos de recepção de satélite; testou formas alternativas de energia para alimentar receptores em locais não servidos por energia elétrica; usou fartamente o computador e, como se não bastasse, no bojo do projeto, organizou um mestrado em Tecnologia Educacional por onde passaram profissionais hoje espalhados por todo o país.

Esse projeto, concebido e dirigido pelo Dr. Fernando de Mendonça, associou a ousadia do fazer com a segurança do estudo, da reflexão e da pesquisa. Dezenas de dissertações foram produzidas no programa de pós-graduação e outros tantos trabalhos foram apresentados nos congressos das áreas de conhecimento abrangidas pela ampla interdisciplinaridade do projeto. Nenhum projeto brasileiro produziu tanto, registrou tanto e qualificou em alto nível tantos profissionais.

Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares (Saci) era como se chamava esse projeto polêmico, que teve o Rio Grande do Norte como área de experimento e que balizou, ou que deveria ter balizado, o uso de meios de comunicação na Educação; que introduziu equipamentos modernos em escolas, inclusive rurais, em um estado do Nordeste; que instalou ali a primeira emissora de TV, dez anos antes da primeira emissora comercial; e que criou uma parceria entre o Inpe, a Secretaria Estadual de Educação (Seec), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), as rádios rurais da Igreja e as prefeituras do interior. O Saci atingiu cerca de 20% das

escolas do estado; testou sistemas de produção de materiais de ensino; veiculou programas para professores e crianças; montou um sistema de apoio logístico criativo, que mantinha os televisores funcionando em lugares distantes, com baterias de automóveis que eram trocadas e recarregadas a cada 15 dias. O projeto Saci foi interrompido antes que tivesse realizado todas as missões que tinha planejado, sete anos depois de iniciado.

Do projeto Saci também tiramos muito boas lições: quanto mais *qualificado* o professor, maior o rendimento da tecnologia utilizada; o uso da tecnologia exige a passagem de uma cultura artesanal para uma *cultura tecnológica*; não é possível fazer um grande projeto educacional sem contar com a *adesão voluntária* de agentes e instituições envolvidas; quanto maior a motivação de pais, professores e alunos, melhor o sistema; a continuidade de um trabalho em educação depende de *mudanças culturais* na região, o que inclui a *cultura política* da sociedade como um todo.

Interrompido o projeto, começou uma fase que o MEC chamou de "estadualização do Saci", que consistia em manter o funcionamento do sistema, transferindo a coordenação para a UFRN e a Seec. A UFRN recebeu os equipamentos de geração e transmissão do sinal de TV, e a Seec recebeu os equipamentos de recepção, instalados nas escolas. O MEC fez um contrato com o Inpe para um curso de especialização em Tecnologia Educacional e, com pessoal treinado, a universidade assumiu a administração da TV Universitária (TV-U), cujo canal já lhe pertencia e que fora utilizado para a transmissão dos programas educativos na época do experimento. Estávamos começando 1976.

Estávamos também no meio da crise de petróleo. Os preços se multiplicaram, os recursos se tornaram mais difíceis, e o Sistema de Teleducação do Rio Grande do Norte (Sitem), que foi como se chamou o Saci estadualizado,

teve que ser repensado de acordo com a nova realidade. Foi reduzida sua área de abrangência e definido que todas as escolas seriam de zona rural, de acordo com as prioridades da Seec na ocasião. Foram reinstaladas 400 escolas, e foi refeito o sistema de apoio logístico. Cada escola era visitada a cada quinze dias, baterias eram trocadas, aparelhos eram revistos, o material impresso era distribuído, a merenda era regularizada e a supervisão tornou-se mais freqüente. Apesar da redução da área de atuação no estado, procurou-se manter o número de escolas e de alunos, e o sistema ganhou em eficiência.

Os programas produzidos pelo Saci continuaram a ser utilizados. Eram programas para professores e para crianças, concebidos a partir dos *formatos consagrados pelo cinema e pela televisão comercial*. Também continuaram a ser utilizados os materiais impressos para os professores e os guias que orientavam a exploração dos programas infantis, e que davam outras instruções pertinentes à atividade de ensino. Mas a equipe treinada para continuar as atividades de produção, sob a coordenação da UFRN, estava já preparando os novos programas locais.

A universidade resolveu, também, continuar com a qualificação de seus profissionais e montou seu primeiro programa de pós-graduação - um mestrado em Educação com concentração em Tecnologia Educacional. Ao mesmo tempo, a TV-TJ, funcionando em imóvel da UFRN e equipada com as máquinas transferidas pelo Inpe, começou a produzir e a transmitir uma programação cultural e informativa para a população em geral. A TV-U era ainda a única emissora do estado. Embora houvesse o cuidado para que o uso além do previsto para os programas educativos não descarregasse as baterias, inevitavelmente esses programas chegavam às escolas, aos professores e à comunidade próxima.

Eram 150 programas para cada classe menor do 1 grau; *Guias do Professor* para cada duas semanas de aula, em que eram sugeridas atividades diversas a partir do conteúdo do programa; e programas especiais para os professores, sobre a organização da Biblioteca Escolar e do Pelotão de Saúde e sobre atualização nas disciplinas e na metodologia. O Sitem recebia cartas das professoras pedindo autorização para assistirem a outros programas e, assim, a missa, transmitida aos domingos à tarde, passou a ser assistida nas escolas do Sitem. Também algumas partidas de futebol e o programa *Viajando o Sertão*, das sextas-feiras à noite passaram a integrar o fim de semana de muitas escolas rurais do Rio Grande do Norte. A escola, antes isolada e de função não muito bem compreendida pelas famílias dos alunos, passou a ser a igreja do lugar aos domingos e o centro de lazer nos fins de semana. A professora ganhou um valor social ainda não experimentado. É bom lembrar que no interior do Nordeste existem adultos analfabetos em cuja árvore genealógica nunca houve um só alfabetizado. A escola só ganha sentido quando a família tem algum projeto ou alguma atividade ligada à cidade. A valorização da escola, para os pais, pode significar a criação de uma cultura escolar ainda ausente em boa parte do Brasil.

O Sitem resistiu bravamente às adversidades. As prioridades mudaram e o MEC, que manteve durante alguns anos a liberação de recursos para o Sitem, resolveu concentrar seus investimentos na TVE do Rio de Janeiro, que viria a ser a cabeça da rede de televisões educativas brasileiras. A Seec, salvo os salários de parte da equipe, também deixou de investir no sistema. O Sitem e o Saci tinham como proposta melhorar a qualidade da educação básica, e isso não era eleitoralmente muito visível, ao menos a curto prazo. Finalmente a UFRN, entre 1983 e 1991, deixou a TV de tal modo sem recursos que seu sinal, antes cobrindo quase todo o estado, hoje

chega apenas a quatro ou cinco dezenas de municípios em torno de Natal. Essa falta de interesse pela televisão educativa aconteceu exatamente no período em que as TVs comerciais surgiram, cada qual ligada a um grupo político.

Felizmente a experiência do Rio Grande do Norte com a tecnologia educacional não ficou limitada pelos projetos do MEB, Saci e Siterm. Muita coisa aconteceu e ainda acontece por cá. No fim da década de 70 e início da década de 80, o Ministério da Educação promoveu no estado o Logos, projeto de capacitação de professores leigos, que utilizava material impresso e a abordagem do ensino programado. Milhares de professores leigos, principalmente dos sistemas municipais de ensino, foram alunos do Logos. O projeto utilizava o ensino individual a distância, mas reunia periodicamente os alunos e, nessas ocasiões, muitos outros meios educativos eram utilizados. Também no Logos a cultura clientelista da política nordestina precisava ser mudada, para manter os professores em suas escolas e para que as indicações recaíssem, de fato, sobre eles. O Logos foi interrompido no início dos anos 80.

Muitos profissionais de comunicação e educação foram formados, em cursos ou em serviço, nesses projetos, o que facilitou muitos outros pequenos projetos de iniciativa local ou de instituições nacionais. Assim, a Secretaria de Educação desenvolveu o Projeto Oito Cidades, de treinamento de professores, que utilizava vídeos e acontecia nas oito maiores cidades do Rio Grande do Norte. Também da Seec é o Projeto da Serra do Mel, em que a falta de professores em diversas disciplinas justificou a utilização de programas da Fundação Roberto Marinho, na recuperação

da aprendizagem dos alunos. Nós sabemos que os baixos salários deformaram o mercado de tal modo que não há outra solução a curto prazo. Só esperamos que essa solução provisória não se torne definitiva.

A UFRN, nos últimos anos, resolveu recuperar sua capacidade de produção. Sentindo que a sociedade começa a ter a tecnologia educacional como um instrumento capaz de ajudar a superar a falsa contradição entre qualidade e quantidade na educação, implantou o Núcleo de Tecnologia Educacional (Nute), que reúne a TV-U, o Laboratório de Comunicação do Departamento de Comunicação Social, o Laboratório de Tecnologia Educacional do Departamento de Educação e, esperamos para breve, a Rádio Universitária. O Nute tem participado de projetos diversos, em que os meios modernos de comunicação são instrumentos decisivos. Os parceiros têm sido a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Educação, a Escola Técnica Federal, as prefeituras do interior e muito mais. Outros projetos de Educação a Distância/ Tecnologia Educacional estão em curso no Rio Grande do Norte: Um Salto Para o Futuro, Vídeo-Escola, TV Escola, Pró-Técnico, Educação Infantil, Aperfeiçoamento de Professores (Crutac) e Programa Nacional de Informática e Educação (em implantação).

Finalmente, a UFRN percebe também que a educação a distância, hoje, deve integrar o computador, mas exige a interação humana em programas nos quais a formação, particularmente de crianças, supera a informação. Precisamos de mais projetos como o Saci, tocados com a ousadia de quem quer resolver problemas e com a modéstia de quem sabe que tem muito a aprender.